

# NOTAS SOBRE O CONCEITO DE SISTEMA MODERNO/COLONIAL DE GÊNERO EM MARÍA LUGONES

José Tiago Simião de Sousa<sup>1</sup>  
Ricardo Damasceno Moura<sup>2</sup>

## RESUMO

Neste artigo pretendemos refletir sobre o conceito de sistema moderno/colonial de gênero em María Lugones. Apresentamos como problemática a complexidade do seu pensamento, o que nos motiva na identificação das categorias conceituais utilizadas, das trilhas de argumentação construídas pela autora, e das chaves explicativas sobre o seu conceito de sistema moderno/colonial de gênero. Estabelecemos um percurso de análise bibliográfica, com leituras analíticas e descritivas de artigos e ensaios selecionados, da autora e de suas comentadoras, com o objetivo de ensaiar pistas e notas sobre as composições argumentativas de Lugones, na elaboração do seu conceito de sistema moderno/colonial de gênero. Esperamos contribuir no sentido de convite à leitura e discussão dos textos de María Lugones, frente a atualidade do pensamento da autora e diante da potência teórica e política dos estudos e feminismos decoloniais.

**Palavras-chave:** Colonialidade. Gênero. Sistema moderno/colonial de gênero. María Lugones.

## RESUMEN

En este artículo pretendemos reflexionar sobre el concepto de sistema moderno/colonial de género en María Lugones. Presentamos como problemática la complejidad de su pensamiento, lo que nos motiva a identificar las categorías conceptuales utilizadas, los caminos de argumentación construidos por la autora y las claves explicativas sobre su concepto de sistema moderno/colonial de género. Establecimos un camino de análisis bibliográfico, con lecturas analíticas y descriptivas de artículos y ensayos seleccionados, de la autora y sus comentaristas, con el objetivo de ensayar pistas y apuntes sobre las composiciones argumentativas de Lugones, en la elaboración de su concepto de sistema moderno/colonial de género. Esperamos contribuir en el sentido de invitar a la lectura y discusión de los textos de María Lugones, dado el pensamiento actual de la autora y la potencia teórico y política de los estudios y los feminismos decoloniales.

**Palabras-clave:** Colonialidad. Género. Sistema moderno/colonial de género. María Lugones.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia na Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará (2018).

<sup>2</sup> Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito, Políticas Públicas e Controle Externo (UNINOVE/SP). Professor integrante do 3º Grupo de Pesquisa Inteligência Artificial e Inclusão (ITS/RIO). Membro do Grupo “Nós Mulheres” (CAPES/CNPQ- UFPA).

## 1 INTRODUÇÃO

A oportunidade de vivenciar leituras e análises engajadas com os atuais debates sobre as questões de gênero, diversidade e direitos humanos, foi uma constante durante o curso. O que nos possibilitou acesso a ferramentas e lentes teórico-conceituais, para compreendermos as questões e situarmo-nos como corpos imersos nas relações éticas, estéticas, políticas e sociais estudadas. Durante a disciplina de “Gênero, Raça/Etnia e Feminismos”, nos aconteceu um bom encontro, a partir da leitura proposta do texto “Rumo a um Feminismo Descolonial” de María Lugones (2014). Chamamos de bom encontro, por acreditarmos nos afetos que podem nos mover a partir das práticas de leitura e pesquisa.

María Lugones foi professora universitária, filósofa e ativista social feminista, com nacionalidade argentina, viveu e lecionou em universidades dos Estados Unidos, entre 1973 e 2020, ano de seu falecimento. Autora de ensaios, livros e artigos que discutem as múltiplas opressões desde a intersecção das categorias de gênero, raça, classe e sexualidade, foi responsável pela formulação do conceito de sistema moderno/colonial de gênero, que a partir de então, complexificou o debate sobre gênero e sexualidade, realizado por autoras(es) em perspectiva decolonial.

A partir do bom encontro com o pensamento de María Lugones, delimitamos nossa problemática e questões de pesquisa, gravitando em torno de uma reflexão sobre a construção do seu conceito de sistema moderno/colonial de gênero. Como María Lugones elabora chaves explicativas para o seu conceito de sistema/moderno colonial de gênero? Como as categorias de colonialidade e gênero são correlacionadas no seu trabalho filosófico de criação conceitual? Com quais autoras(es) Lugones estabelece diálogo na produção do conceito de sistema moderno/colonial de gênero?

Essas perguntas afirmam nossas questões e recortes de pesquisa. Não tivemos como pretensão, um exercício filosófico analítico exaustivo sobre este conceito no pensamento da autora. Buscamos ao contrário, modestamente, encontrar pistas e esboçar notas. Assim sendo, a partir de um exercício descritivo e reflexivo de revisão e pesquisa bibliográfica, realizamos leituras analíticas e descritivas de textos selecionados de María Lugones e de suas comentadoras, com o objetivo de elaborar

apontamentos que possam contribuir na compreensão do conceito de sistema moderno/colonial de gênero elaborado pela autora.

Este artigo está estruturado em cinco seções. A primeira essa, “Introdução”. Na segunda, chamada “Sobre os conceitos de colonialidade e gênero”, tratamos das categorias de gênero e colonialidade, exemplificando brevemente os cenários de produção de pensamento onde emergem estes conceitos, no contexto dos estudos decoloniais e feministas. Na terceira seção, “Procedimentos metodológicos”, fazemos referência às nossas escolhas e protocolos metodológicos que utilizamos durante a pesquisa. Na quarta seção, “Sobre o conceito de sistema moderno/colonial de gênero”, traçamos apontamentos descritivos sobre o conceito de sistema moderno/colonial de gênero, demonstrando as categorias conceituais utilizadas pela autora, e as chaves explicativas para compreensão do conceito. Finalizamos com a quinta e última seção “Considerações Finais”.

Esperamos a partir desta pesquisa, contribuir com o debate e circulação do pensamento de María Lugones, sem a pretensão de formular receitas, respostas e/ou soluções didáticas de leitura, mas, na busca por pistas e notas de aproximações e compreensões teóricas. Que possam contribuir como convite para realização de leituras e produção de outras teoriz(ações).

## **2 SOBRE OS CONCEITOS DE COLONIALIDADE E GÊNERO**

Iniciando sobre o contexto de surgimento do conceito de colonialidade, miramos no cenário da produção de pensamento latino-americano, em finais do século XX e início do século XXI, em filosofia e nas ciências humanas e sociais, onde os conceitos de colonização e modernidade adquirem novas proposições teóricas. Como destaca Balestrin (2013), desde a produção teórica do Grupo Modernidade/Colonialidade, a partir da década de 1990, houve “a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial” (BALESTRIN, 2013, p. 89).

Na tarefa de reconhecimento da diversidade de produções daí decorrentes, optamos a partir da definição de Quintero, Figueira e Elizalde (2019), pelo uso do termo “estudos decoloniais” que,

[...] nos referimos aqui ao conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade. O que cobre tanto as revisões historiográficas, os estudos de caso, a recuperação do pensamento crítico latino-americano, as formulações (re)conceitualizadoras, como as revisões e tentativas de expandir e revisar as indagações teóricas. (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 4).

Situamos então, a produção de pensamento de María Lugones, no âmbito dos estudos decoloniais, como práticas de (re)conceitualização, revisão e expansão das indagações teóricas. Diante os argumentos pioneiros da autora, desde um pensamento feminista decolonial, na tarefa de (re)conceitualizar a categoria de colonialidade de gênero, a partir do conceito de colonialidade do poder elaborado por Quijano (1992;2005;2020).

O conceito de colonialidade do poder, proposto pelo pensador peruano Aníbal Quijano, tornou-se fundante e mobilizador dos estudos decoloniais, como ferramenta teórico-conceitual que contribui para a reflexão sobre as relações de exploração e segregação de espaços, territórios, corpos e subjetividades. Na constante e histórica produção de desigualdades nas sociedades e territórios latino-americanos.

A colonialidade do poder é descrita por Quijano “como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista, que se funda na classificação racial/étnica da população do mundo” (QUIJANO, 2020, p. 325, tradução nossa). A partir da constituição da América Latina com as práticas europeias de colonização e exploração dos corpos e territórios, foram impostas classificações sociais/raciais a partir de violências e opressões contra os povos originários de outros continentes. Em torno da fábula delirante e psicopata, de “um suposto homem branco europeu civilizado/moderno e explorador”, em oposição aos outros povos de outros continentes não europeus, como primitivos e passíveis de exploração”.

No curso do desdobramento dessas características do poder atual, foram se configurando novas identidades sociais da colonialidade (índios, negros, amarelos, brancos, mestiços) e geoculturais do colonialismo (América, África, Extremo Oriente, Oriente Próximo, Ocidente e Europa). As relações intersubjetivas correspondentes, nas quais foram se fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram se configurando como um novo universo de relações intersubjetivas sob a hegemonia eurocentrada. Este específico universo é o que será depois denominado “modernidade”. (QUIJANO, 2020, p. 326, tradução nossa).

O capitalismo se efetiva e estende suas pretensões e garras mundializantes/globalizantes neste cenário colonial e racista de constituição da América Latina. Como um padrão mundial de poder, alicerçado desde a imposição de

uma classificação social/racial da população do globo, entre os detentores da “razão”, do poder, do controle, do capital, e os passíveis de exploração e subjugação.

[...] na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. (MIGNOLO, 2017, p. 5).

A compreensão de um padrão ou matriz colonial de poder, como nos recorda Mignolo (2017) no trecho acima, é proposta por Quijano ao levar em conta a interrelação entre as colonialidades que atuam nos diversos domínios da vida social. Desse modo, o controle da economia, dos territórios, do saber, da natureza, dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, são condições para o acontecimento dos empreendimentos de exploração moderno/coloniais. A sanha de um capitalismo mundial integrado, acontece a partir da constituição da América Latina, como o advento de um sistema-mundo moderno/colonial, estruturado a partir de relações coloniais de poder, que atuaram/atuam subjugando, explorando e espoliando corpos, subjetividades e territórios.

Como sequência da proposta desta seção, iremos agora abordar sobre o contexto dos debates e discussões em torno do conceito de gênero. Podemos verificar de acordo com Louro (1997), a elaboração de diversas abordagens sobre o conceito de gênero no cenário científico-acadêmico e dos movimentos sociais, a partir da chamada “segunda onda” do feminismo. Abordagens sobre gênero estas, que compartilham de radicalidades epistêmicas em comum, na busca pela desconstrução e desnaturalização, de determinismos biológicos, binarismos e dicotomias, no pensamento sobre gênero e sexualidade.

Desse modo, é possível compreender gênero como uma categoria de análise complexa e ampliada, com seu devir histórico, onde foram elaboradas diversas definições no âmbito da filosofia, das ciências humanas e sociais, e dos movimentos sociais, ao longo de períodos históricos e geografias situadas. Os feminismos muito contribuíram no debate e nas possíveis definições e reflexões sobre gênero, como categoria de análise e marcador social de diferença.

Louro (1997), nos orienta a perceber a emergência dos debates sobre gênero como categoria de análise, nos cenários europeus e norte-americanos, nos contextos do movimento feminista nesses continentes, nos séculos XIX e XX.

Será no desdobramento da assim denominada “segunda onda” - aquela que

se inicia no final da década de 1960 - que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. (LOURO, 1997, p.15)

A partir da efervescência político-social, cultural e teórico-acadêmica, desde o surgimento dos estudos feministas, pôde-se compreender o conceito de gênero criticamente, destituído de sua patriarcal relação, distante da diferenciação de papéis sociais a partir de um suposto sexo biológico/natural. A categoria gênero começa então a operar como dispositivo conceitual crítico, capaz de contribuir na desnaturalização de suposições médico-biológicas deterministas, dicotomias e binarismos, no pensamento sobre gênero. Este, compreendido então como produção social, imbricado em uma complexa teia social-econômica-ético-estético-política.

Os gêneros são produzidos e acontecem em campos de disputas performativas materiais e discursivo-políticas, entre corpos, desde as materialidades da produção dos corpos e subjetividades, assim como de espaços, territórios, instituições e economias. Bento (2006) nos exemplifica a partir das proposições teóricas de Butler (2003), sobre performance e performatividade de gênero.

[...] Quando o médico diz: "é um menino/uma menina", produz-se uma invocação performativa e, nesse momento, instala-se um conjunto de expectativas e suposições em torno desse corpo. É em torno dessas suposições e expectativas que se estruturam as performances de gênero. (BENTO, 2006, p.88).

Performances de gênero estas que podem reproduzir as normas e códigos cis-heterossexistas dominantes ou contestá-las. Como nas performances de gênero dissidentes, quando acontecem "outras" composições ético-estético-políticas dos corpos, que subvertem as normatividades binárias de gênero.

A partir destas construções do conceito de gênero como categoria analítica, foi possível uma ferramenta para desnaturalizar a dicotomia corpo/natureza e o binarismo homem/mulher. Contribuindo assim, na compreensão dos corpos, gêneros e sexos como produções sociais. Nessa esteira de pensamento, Bento (2006) reflete a partir das proposições teóricas de Preciado (2002), e nos informa sobre a possibilidade de pensarmos os corpos como próteses.

[...] a interpelação "é uma menina" não é só performativa, no sentido de criar expectativas e visibilidade por meio dessa tecnologia; seus efeitos são protéticos: faz corpos. Analisar os corpos enquanto próteses significa desfazer-se da relação dicotômica corpo-natureza para apontar o corpo como resultado de tecnologias e o gênero, como resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos sexuais. (BENTO, 2006, p. 88).

Podemos perceber até aqui, a radicalidade epistêmica do pensamento sobre gênero como categoria analítica e marcador social de diferença, instaurada a partir do movimento feminista e do pensamento de algumas autoras como as citadas acima. Outras pensadoras desde a perspectiva do feminismo negro, para citar algumas como Bell Hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Coletivo Combahee River, Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, realizaram abordagens sobre o conceito de gênero, a partir de análises que deram relevo a interseccionalidade entre as múltiplas opressões que atuam de modo interdependente, investindo relações de poder sobre os corpos e subjetividades.

As práticas de pensamento do feminismo negro abriram margens para a compreensão de gênero como categoria e marcador social de diferença, que acontece em intersecção com outros marcadores sociais, como etnia/raça, classe, sexualidade, idade/geração. Ao propor análises sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e outros marcadores, o feminismo negro denuncia a hierarquia e dicotomia de gênero racista que subsiste ao ordenamento social heteropatriarcal. Também considera a existência do racismo como sistema de opressão a nível estrutural, que segue configurando relações de poder e opressões diversas em todos os âmbitos da vida social.

O feminismo negro se apresenta como potente e avançada prática de pensamento e articulação política, ao considerar a interseccionalidade das opressões e formular instrumentais teórico-conceituais operacionalizáveis na compreensão da vida social, das relações intersubjetivas, assim como no engajamento político-social em comunidade.

Considerando os novos terrenos teóricos instaurados pelo feminismo negro com a perspectiva da interseccionalidade, outras pensadoras desde os pontos de vista do pensamento decolonial, para citar algumas como María Lugones, Ochy Curiel, Zulma Palermo, Rita Laura Segato, Gloria Anzaldúa, Lélia Gonzalez e Julieta Paredes, propuseram a abordagem do conceito de gênero considerando seu acontecimento nos corpos e subjetividades agenciados pelas lógicas, violências e opressões dos processos de colonização. Com permanências e atualizações nos espaços-tempos e territórios contemporâneos, através de colonialidades diversas.

No cenário científico-acadêmico, a partir da publicação do texto “Colonialidad y Género” (2008) de María Lugones, o termo “feminismo decolonial” passou a nomear como nos informa Castro (2020),

[...] uma corrente dos feminismos subalternos, contra hegemônicos, que incluem também os feminismos pós-coloniais, negro, comunitário e indígena, cujas representantes, intelectuais não brancas, denunciam o racismo de gênero e a forma como a geopolítica do conhecimento silencia as vozes das intelectuais e dos intelectuais subalternos, isto é, todas as pessoas não brancas, indígenas, negras, chicanas, latinas, indianas, asiáticas, afrodescendentes, mestiças, imigrantes, e as vozes de sexualidade dissidente, pessoas transexuais, gays e lésbicas dos países periféricos do capitalismo (antes chamados de países do terceiro mundo, em desenvolvimento). (CASTRO, 2020, p. 1).

Nesse contexto de debates e (re)conceitualizações sobre gênero, nos interessa neste trabalho o pensamento de María Lugones, especialmente na busca de compreensão do seu conceito de sistema moderno/colonial de gênero. Entendemos esse conceito como uma ferramenta elaborada por Lugones (2007;2008;2014), que pode nos oferecer uma lente teórica com potencial descritivo e explicativo, para refletirmos sobre a instituição e operação da colonialidade de gênero, da dicotomia homem/mulher, do heterossexualismo compulsório e das múltiplas opressões que se cruzam aos marcadores de gênero e sexualidade, em territórios e povos colonizados do sul global.

“[...] O longo processo de subjetificação dos/as colonizados/as em direção à adoção/internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social – uma marca de civilização, cidadania e pertencimento à sociedade civil – foi e é constantemente renovado” (LUGONES, 2014, p. 942).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este artigo enquadra-se no paradigma qualitativo de pesquisa, como uma investigação exploratória e descritiva, em acordo com Gil (2008). Nossa problemática de estudo demanda uma pesquisa de tipo exploratória que proporcione uma visão geral, da construção do conceito de sistema moderno/colonial de gênero no pensamento de María Lugones, ao mesmo tempo que, possibilite investigar e descrever a associação entre variáveis, como as categorias conceituais que a autora utiliza, e as(os) autoras(es) com as(os) quais dialoga na sua empreitada teórico-filosófica.

Nos apareceu um cenário de investigação que demanda estratégias éticas de leitura e interpretação durante todo o percurso da pesquisa. No sentido de (re)conhecer de modo o mais fiel possível, o lugar de fala da autora estudada e os fios e nós de tecitura de suas composições conceituais e argumentativas, na nossa leitura e escrita interpretativa e descritiva. Como nos ensina Oliveira (1998):

[...] é fundamental o trabalho de reconstruir com nossa imaginação o itinerário de construção do pensamento do outro, tratando de não desfigurá-lo. É um encaminhamento de trabalho que respeita a integridade do todo e que, portanto, relativiza o pinçar fragmentado de partes, a compreensão apressada ou mesmo a leitura exterior, que pede ao texto categorias e desenvolvimentos que ele nunca poderia ter, pois jamais fizeram parte do horizonte do autor que o concebeu. (OLIVEIRA, 1998, p. 26).

Nossa escolha metodológica de revisão e análise bibliográfica, ancorou-se no entendimento e proposições de Lakatos e Marconi (2003), que sugerem oito fases da pesquisa bibliográfica: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, redação (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.44). Realizamos um inventário de publicações da autora em meio digital, e exercícios de leitura analítica e descritiva a partir da categoria conceitual estudada no pensamento de Lugones, como já explicitado, o conceito de sistema moderno/colonial de gênero.

Para o inventário de publicações em meio digital de María Lugones e de suas principais comentadoras, realizamos buscas nas principais bases de dados como, Portal de Periódicos CAPES, SciELO, Google Scholar e Microsoft Academic Search. optamos por selecionar três publicações de María Lugones, onde consideramos estar exemplificada a didática de construção do seu conceito de sistema moderno/colonial de gênero. Os três textos selecionados como recorte de análise são os seguintes: “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System” (2007), “Colonialidad y Género” (2021) e “Rumo a um feminismo descolonial” (2014), ambos publicados no formato de ensaio/artigo em revistas científicas.

#### **4 SOBRE O CONCEITO DE SISTEMA MODERNO/COLONIAL DE GÊNERO**

O trabalho de elaboração do conceito de sistema moderno/colonial de gênero é iniciado por María Lugones no artigo “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System” (2007), depois traduzido em língua espanhola com algumas modificações com o título de “Colonialidad y Género” (2021). No ensaio “Rumo a um feminismo descolonial” (2014), a autora em continuidade, revive as questões lançadas nos outros textos. Para nos orientar na compreensão desse conceito, nesta seção nos guiamos pelas chaves de leitura propostas por duas filósofas e professoras comentadoras do pensamento de Lugones, a brasileira Suzana de Castro (2018;2020) e a hondurenha Breny Mendoza (2014).

María Lugones informa como motivação de pensamento, a tentativa de compreender a causa da indiferença de homens, também vítimas da colonialidade, frente as constantes violências sofridas por “mujeres de color”, mulheres essas que vivenciam opressões múltiplas na “América Ladina” (para pensarmos também com Lélia Gonzalez). Lugones pretende entender como os laços de solidariedade foram rompidos e instituídas normas e relações binárias e hierárquicas de gênero, com as figuras do homem e da mulher em oposição nas sociedades colonizadas.

Mujeres de color é uma frase que foi adotada pelas mulheres subalternas, vítimas de dominações/opressões múltiplas nos Estados Unidos. “Mujer de color” não aponta à uma identidade que separa, e sim à uma coalisão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras: cherokees, puertorriqueñas, siox, chicanas, mexicanas, pueblo, enfim, toda a trama complexa das vítimas da colonialidade de gênero. Mas, tratando não como vítimas e sim como protagonistas de um feminismo decolonial. A coalisão é uma coalisão aberta, com intensa interação intercultural. (LUGONES, 2008, p. 75, tradução nossa).

A autora inicia sua reflexão filosófica a partir da compreensão e cruzamento de duas categorias de análise e seus marcos teóricos, a interseccionalidade e a colonialidade do poder. Apontadas por Lugones como não abordadas de modo conjunto, nos estudos decoloniais e feministas.

Por um lado, se encontra o importante trabalho sobre gênero, raça e colonização que constitui os feminismos de mujeres de color dos Estados Unidos, os feminismos de mulheres do Terceiro Mundo, e as versões feministas das escolas de jurisprudência La Crit e Critical Race Theory. Estes marcos analíticos têm enfatizado o conceito de interseccionalidade e demonstrado a exclusão histórica e teórico-prática das mulheres não brancas nas lutas liberatórias levadas a cabo em nome da “Mulher”. Outro marco é o introduzido por Aníbal Quijano e que é central em sua análise do padrão de poder global capitalista. Me refiro ao conceito de colonialidade do poder, que é central para o trabalho sobre colonialidade do saber, do ser, e decolonialidade. (LUGONES, 2008, p. 77, tradução nossa).

Ao propor uma abordagem sobre gênero que utiliza em conjunto as categorias de análise da interseccionalidade e colonialidade do poder, Lugones encontra ferramentas para cartografar os terrenos de formação dos sistemas de poder/opressão de gênero, raça, classe e sexualidade, que atuam de modo interdependente na história do capitalismo moderno/colonial.

Entrelaçar essas duas vertentes de análise me permite chegar ao que estou chamando provisoriamente de, sistema moderno-colonial de gênero. Caracterizar este sistema de gênero colonial/moderno, tanto em traços gerais, como em sua concretude detalhada e vivida, nos permitirá ver a imposição colonial, o profundo desta imposição. Nos permitirá a extensão e profundidade histórica de seu alcance destrutivo. (LUGONES, 2008, p. 77, tradução nossa).

Como operação teórica inicial, Lugones realiza uma análise do conceito de colonialidade do poder proposto por Quijano (1992;2005). Onde efetiva um exame

crítico dos modos de abordagem das questões de gênero e sexualidade, no pensamento deste autor. Segundo Lugones (2008), Quijano compreende que,

[...] o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle sobre os quatro âmbitos básicos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos. (LUGONES, 2008, p. 78, tradução nossa).

Segundo esse raciocínio, Lugones (2008, p. 78, tradução nossa) conclui então que, para Quijano “as lutas pelo controle do acesso sexual, seus recursos e produtos, definem o âmbito de sexo/gênero” nas sociedades colonizadas. Sobre essa conclusão da autora, Castro (2018) nos informa o seguinte:

[...] segundo Lugones, Quijano falha, porém, ao aceitar a compreensão capitalista, eurocentrada e global de gênero sexual, e incorporar em sua análise o âmbito sexo/gênero como o da luta pela imposição do desejo do colonizador à mulher racializada-colonizada. Na sua visão, ele reproduz uma compreensão patriarcal e heterossexual do gênero/sexo. Entendo que Lugones esteja dizendo que para Quijano o colonizador almejava simplesmente apropriar-se sexualmente da mulher nativa. Mas desta forma estaria aceitando uma série de pressupostos problemáticos para uma perspectiva feminista, tais como o dimorfismo sexual, a heterossexualidade compulsória e a pressuposição de que nas comunidades originárias eram também os homens que possuíam o domínio das relações de poder. (CASTRO, 2018, p. 55).

A partir dessa leitura crítica ao modo de abordagem sobre gênero e sexualidade no pensamento de Quijano, ao invés da chave de leitura da colonialidade de gênero como controle do sexo/gênero e dos seus recursos e produtos, Lugones propõe como alternativa, o conceito de sistema moderno-colonial de gênero. Que especifica a colonialidade de gênero como imposição de normas de gênero eurocentradas, que desencadeiam “a dissolução forçada dos vínculos de solidariedade prática entre as vítimas da dominação e exploração características da colonialidade. (LUGONES, 2008, p. 77, tradução nossa).

Para chegar nessa compreensão, Lugones dialoga com autoras que estudaram organizações sociais indígenas pré-colombianas, ameríndias e africanas na “ordem pré-intrusão”. Este último, um conceito elaborado por Rita Laura Segato (2012) para demarcar um período com modos singulares de organização sociocultural, antes das invasões coloniais, com as conseqüentes intrusões violentas de normas e práticas culturais nos territórios e comunidades dos povos originários.

Paula Gunn Allen e Oyèrónké Oyěwùmí são as duas autoras com as quais Lugones estabelece estreito diálogo para discutir sobre a hipótese de não existência

do gênero como marcador de diferença e classificação social hierárquica, nas sociedades em ordem pré-intrusão. Não existência da categoria de gênero no sentido de distinções binárias heteropatriarcais de gênero e sexualidade. Como afirma Mendoza (2014):

Para corrigir o erro cometido por Quijano, Lugones recorre as teorias feministas indígenas dos EUA como as de Paula Allen Gunn, e da nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí, para demonstrar-nos como que em etapas de pré-intrusão colonial, algumas sociedades haviam desenvolvido sistemas de gênero muito distintos ao do ocidente. Em algumas, sem sequer se contava com o gênero como um princípio ordenador de poder entre homens e mulheres. (MENDOZA, 2014, p. 48, tradução nossa).

Mendoza (2014), nos ajuda a compreender as chaves explicativas que Lugones constrói ao corroborar com o pensamento de Paula Gunn Allen e Oyèrónké Oyèwùmí.

De acordo com Lugones, seguindo Oyèwùmí e Allen Gunn ao pé da letra, foi recentemente, com a intrusão do poder colonial ocidental, que estas sociedades sem gênero sucumbiram a uma hierarquização baseada em uma ideia de gênero que está amarrada aos corpos, e que se torna compulsoriamente dimórfica, patriarcal, heteronormativa e homofóbica. A partir deste momento o gênero tal como a raça se convertem em instrumentos poderosos para destruir os tecidos sociais da sociedade colonizada, para dividi-la, rompê-la e antagonizá-la desde dentro. Nesta ideia, além da raça, com a colonialidade do poder, se implanta o gênero para introduzir hierarquias internas e romper os laços de solidariedade que existiam entre homens e mulheres. (MENDOZA, 2014, p. 48, tradução nossa).

Podemos perceber que em Lugones (2007;2008;2014) acontece uma recusa à compreensão das questões de gênero e sexualidade, a partir dos processos de colonização, como uma ideia de controle e submissão de gêneros e sexualidades binários e heteronormativos pré-existentes nos povos originários. Como era possível de supor nas interpretações de Aníbal Quijano sobre a colonialidade de gênero.

Com o conceito de sistema moderno/colonial de gênero, Lugones nos propõe pensar gênero e sexualidade como imposições e agenciamentos intersubjetivos do padrão de poder moderno/colonial, nas sociedades invadidas e expropriadas. Onde antes não existiam categorias e distinções binárias heteropatriarcais de gênero e sexualidade, pautadas nas fabulações patriarcais eurocêntricas de gênero, com as figuras e papéis sociais de homem e mulher em oposição binária de poder.

De acordo com o raciocínio de Lugones, as práticas violentas (materiais e discursivas) de colonização, com a imposição de condições e relações hierárquicas e violentas de poder, operaram em conjunto os ideários fictícios de raça e gênero. Que desarticularam os laços de solidariedade e complementaridade entre as pessoas no mundo da aldeia, impuseram normas com papéis sociais binários e hierárquicos de

gênero, com condições de subjugação para as mulheres frente aos homens, e reprovação de práticas sexuais fora da norma binária heterossexista eurocentrada.

A produção cognitiva da modernidade conceituou a raça como “engenerizada” e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas entre os europeus-as/brancos-as e as gentes colonizadas/não-brancas. A raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero, ambos são ficções poderosas. (LUGONES, 2008, p. 93-94, tradução nossa).

Assim sendo, compreendemos com Lugones que as práticas violentas de colonização, com a intrusão e reprodução forçada nas sociedades colonizadas, de concepções binárias e heteropatriarcais de gênero e sexualidade, operaram a construção de um sistema moderno/colonial de gênero. Esse sistema de gênero acontece como interdependente da colonialidade do poder e atualiza-se ainda hoje nas múltiplas opressões de gênero e sexualidade, vividas pelos corpos minoritários e dissidentes, nas sociedades com passado colonial e contemporâneas colonialidades do poder, do saber e do ser.

Este sistema de gênero se consolidou com o avanço do(s) projeto(s) colonial(ais) da Europa. Ganhou forma durante o período das aventuras coloniais de Espanha e Portugal e se consolidou na modernidade tardia. O sistema de gênero moderno/colonial tem um lado visível/claro e outro oculto/obscuro. O lado visível/claro constrói, hegemonicamente, gênero e relações de gênero. Não somente organiza, de fato e direito, a vida de homens e mulheres brancos e burgueses, mas constitui o próprio significado de “homem” e “mulher” no sentido moderno/colonial. [...] O lado oculto/obscuro do sistema de gênero foi e é completamente violento. Da vida nas comunidades pré-coloniais com participação na economia e nos rituais e processos de tomada de decisões, os povos e corpos vítimas da colonização, foram reduzidos à animalidade, ao sexo forçado com os colonizadores brancos, e a exploração laboral tão profunda que, frequentemente os levava a trabalhar até a morte. (LUGONES, 2008, p. 98-99, tradução nossa).

Nos círculos acadêmicos dos estudos e feminismos decoloniais, as elaborações teórico-conceituais de Lugones, sem um consenso definido, passam ao crivo de críticas e suas hipóteses são contestadas, “[...] em torno dos trabalhos etnográficos que Lugones escolheu para sustentar seus argumentos, sobretudo o trabalho de Oyèrónké Oyěwùmí” (MENDOZA, 2014, p. 51, tradução nossa).

Como exemplo, a autora Rita Lauro Segato questiona as hipóteses de Oyèrónké Oyěwùmí e María Lugones, de que nas sociedades na era pré-intrusão na África e Américas, o gênero e o patriarcado não existiam.

Segato reconhece que os iorubás tem uma compreensão do gênero e da sexualidade muito complexa e muito distinta à do ocidente, mas ela detecta uma hierarquia patriarcal baseada em privilégios e poderes para os homens em detrimento das mulheres em vários momentos e instituições, quer dizer, tanto dentro da estrutura do clã e da família como nos mitos religiosos. (MENDOZA, 2014, p. 55, tradução nossa).

Ao propor alternativas de análise, Segato (2012) corrobora com o pensamento de Julieta Paredes (2010) na ideia de “entroncamento de patriarcados”. Onde supõe a existência na era pré-intrusão de patriarcados de baixa intensidade. “Como estrutura de gênero no mundo indígena pré-intrusão, que ao entrar na lógica de gênero dos patriarcados ocidentais se tornaram super hierárquicos e letais para as mulheres” (MENDOZA, 2014, p. 60, tradução nossa).

Com a elaboração e operação do seu conceito de sistema moderno-colonial de gênero, María Lugones oferece a possibilidade de compreender como foram instituídas relações e normas binárias e heteropatriarcais de gênero e sexualidade nas sociedades colonizadas, assim como revela o lado obscuro, como afirma a autora, da correlação entre os ideários moderno coloniais de raça e gênero. Que desumanizam os corpos racializados ao mesmo tempo que instituem papéis e figuras de gênero subjugadas, abjetas e/ou hiper sexualizadas.

O pensamento de María Lugones segue como referência nos estudos e feminismos decoloniais, diante da complexidade e operacionalidade das suas categorias conceituais. Mendoza (2014) nos orienta em uma conclusão provisória ao apontar que, “embora o conceito de colonialidade de gênero de Lugones não consiga descansar sobre a certeza da ausência de gênero no mundo pré-intrusão, pode nos ajudar, porém, a entender como o gênero é um artifício da colonialidade do poder” (MENDOZA, 2014, p. 61, tradução nossa).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, como exercício reflexivo de pesquisa, a partir do lugar de fala de um estudante em constante processo de formação docente, não tivemos como objetivo formular soluções teóricas ou didáticas de leitura. Buscamos pistas teórico-conceituais, para ensaiar textualmente possibilidades de leitura e compreensão do conceito de sistema moderno colonial de gênero em María Lugones. Frente a potência e imanência do seu pensamento, com categorias conceituais operacionalizáveis na vida social, desde nossas perspectivas do sul global.

Acreditamos na importância de pesquisas teóricas sobre autoras/es engajadas/os na construção de debates e práticas de pensamento decolonial. Ainda pouco presentes ou totalmente ausentes nos programas das disciplinas de cursos de

graduação e formação de professoras/es. Perspectivas essas, de pensamento decolonial, que merecem atenção, tempo de pesquisa, debate e visibilização. Diante os seus rigores conceituais e o engajamento teórico, político e social que podem agenciar, com as possibilidades de operacionalizar os conceitos propostos, nas práticas de (re)existência desde os espaços, lugares, comunidades e territórios cotidianos.

Compreendemos que nosso exercício de reflexão teórica não se esgota aqui, pode ser potencializado em partilhas e trocas coletivas de saberes, a partir do engajamento em leituras e discussões sobre o pensamento de María Lugones.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Pelotas, n. 11, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

BENTO, Berenice. Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural. In: BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. **Revista Fundamentos**, Teresina, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/view/7863>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Feminismo decolonial: origem e ideias centrais. In: CASTRO, Susana de **Dossiê | O que é o feminismo decolonial?** São Paulo, Editora Bregantini, Revista Cult, 5 de outubro de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-decolonial-origem-e-ideias/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo : Atlas, 2003.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, Estado de Morelos/México, v. 22, n. 1, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251730/mod\\_resource/content/0/heterosexualism%20and%20the%20colonial%20modern%20gender%20system%20maria%20lugones.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251730/mod_resource/content/0/heterosexualism%20and%20the%20colonial%20modern%20gender%20system%20maria%20lugones.pdf). Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação - Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 1997.

MENDOZA, Breny. La cuestión de la colonialidad de género. *In*: MENDOZA, Breny (Org.). **Ensayos de crítica feminista en nuestra América**. México : Editorial Herder, 2014. Disponível em: [http://morenflix.mx/wp-content/uploads/2020/07/La-cuesti%C3%B3n-de-la-colonialidad-del-g%C3%A9nero\\_breny-2.pdf](http://morenflix.mx/wp-content/uploads/2020/07/La-cuesti%C3%B3n-de-la-colonialidad-del-g%C3%A9nero_breny-2.pdf). Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2021.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. *In*: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo : Hucitec/UNESP, 1998. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Metodologia\\_das\\_ci%C3%Aancias\\_humanas/WcE6bXQ6TQUC?hl=pt-BR&gbpv=0](https://www.google.com.br/books/edition/Metodologia_das_ci%C3%Aancias_humanas/WcE6bXQ6TQUC?hl=pt-BR&gbpv=0). Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitário**. La Paz: CEDEC y Mujeres Creando Comunidad, 2010. Disponível em: <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

PRECIADO, Paul B. **Manifiesto contra-sexual – Prácticas subversivas de identidad sexual**. Madrid: Opera Prima, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Revista Perú Indígena**, Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. CLACSO : Buenos Aires, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **Aníbal Quijano - Antología Essencial / Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Lima : Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020. Disponível em: [https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/10/Antologia-esencial-Anibal-Quijano.pdf?fbclid=IwAR2a9rT\\_HBcPc3WL2kKWjVdRPpU3nIHPqRLJMIS65EuxrDe pJp-cU12yl1l](https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/10/Antologia-esencial-Anibal-Quijano.pdf?fbclid=IwAR2a9rT_HBcPc3WL2kKWjVdRPpU3nIHPqRLJMIS65EuxrDe pJp-cU12yl1l). Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Arte e Descolonização – MASP/Afterall**, São Paulo n. 3, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/arte-e-descolonizacao>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES** [Online], n. 18, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533#article-1533>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.